

Governo reconhece estado de calamidade na saúde

SILVANA DE FREITAS

O Governo reconhece o "estado de calamidade pública" nos hospitais, em decreto publicado hoje no Diário Oficial. Esta foi a forma que o presidente Itamar Franco encontrou para garantir a rápida liberação de Cr\$ 35 trilhões de empréstimo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento da dívida do Inamps com os hospitais conveniados. "Os hospitais estão fechando", admitiu o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves.

De acordo com Hargreaves, a concessão do empréstimo poderia demorar até dois meses, se não houvesse o reconhecimento deste quadro. Além de publicar decreto, o Presidente faz referência ao "estado de calamidade" na mensagem da medida provisória que cria o crédito extraordinário para o setor de saúde e no próprio texto da MP, encaminhada ontem ao Congresso Nacional. O Palácio do Planalto

também enviou ontem um projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para permitir a emissão de títulos da dívida pública, que serão utilizados como garantia do pagamento do empréstimo.

Esta é a segunda vez que o FAT socorre o Inamps, com empréstimo para pagamento de dívida. A primeira liberação ocorreu em dezembro de 1991 e só foi autorizada pelo Congresso Nacional, depois que o Governo aceitou tornar mais flexíveis as exigências para que os demitidos recebam o seguro-desemprego. Antes de embarcar para o Paraguai, Itamar Franco também sancionou lei que prorroga até o fim do ano o prazo de vigência da flexibilidade no critério para obtenção do seguro. O FAT é o fundo que administra os recursos para pagamento do seguro-desemprego. O empréstimo anterior também foi liberado através de medida provisória, transformada em lei.

Humberto Pradera



Para Hargreaves, sem o reconhecimento do Governo, a concessão do empréstimo demoraria muito mais